



**Relatório do Programa de Execução e  
Plano de Financiamento | Avaliação**

**Versão final**

**junho / 2016**

## ÍNDICE

<b>1. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....</b>	<b>3</b>
<b>3. MODELO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG) .....</b>	<b>5</b>
<b>4. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>5. MEDIDAS/AÇÕES .....</b>	<b>9</b>
5.1. Articulação das medidas/ações do programa de execução com a estratégia do plano.....	24
<b>6. PLANO DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>34</b>
6.1. Conceito de Equivalente Financeiro da despesa na receita.....	34
6.2. Financiamento Específico já contratualizado .....	34
6.3. Análise da estrutura da receita no quadro de suporte do investimento urbanístico .....	35
6.4. Impostos Diretos .....	36
6.5. Cenarização face ao volume de investimento perspetivado no quadro do Plano.....	37
<b>7. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>8. METODOLOGIA NA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES .....</b>	<b>40</b>
<b>9. INDICADORES.....</b>	<b>41</b>

## 1. ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, (procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT),

*“o plano diretor municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo: (...) a programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição das unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência (...)”.*

No seu conteúdo documental, o plano diretor municipal deve ser acompanhado pelo *“programa de execução, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo”* e pelo *“plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira”*.

É, como tal, necessário que o plano identifique as intervenções de iniciativa ou responsabilidade da administração pública, municipal ou do Estado, necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo plano e demonstre a forma como se executarão, tanto no âmbito territorial como no financeiro, o que constitui o objetivo deste relatório.

## **2. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

O plano diretor municipal de Espinho visa concretizar um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, assente nos seguintes vetores estratégicos e correspondentes objetivos específicos:

### **A. REFORÇO DOS NÍVEIS DE COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL:**

- i. Definição de um modelo de ordenamento que promova a colmatação estruturante e a contenção dos perímetros urbanos em detrimento de políticas expansionistas, permitindo a promoção da reabilitação do centro urbano da cidade e a regeneração de áreas degradadas, a rentabilização das infraestruturas, a racionalização e maior cobertura dos equipamentos públicos, a otimização dos movimentos pendulares e a salvaguarda dos recursos naturais;
- ii. Melhoria da articulação da rede de acessibilidade externa com a interna;
- iii. Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna e as acessibilidades terminais e criando sistemas de circulares que promovam a conectividade entre as vias radiais;
- iv. Promover a articulação entre os vários modos de transporte e o modo de transporte suave, dispondo de interfaces intermodais nos nós das redes de transportes e de vias dedicadas aos percursos cicláveis;
- v. Otimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade e das restantes freguesias, reforçando a igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos em termos de integração e inclusão sociais;
- vi. Promoção de habitação para as famílias carenciadas e legalização e integração das construções habitacionais ilegais;
- vii. Promoção do desporto informal em espaço de utilização coletiva, com a consequente dotação dos equipamentos necessários;

### **B. PROMOÇÃO DOS VALORES NATURAIS E PATRIMONIAIS DO CONCELHO, INDISPENSÁVEIS À MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL E DA IDENTIDADE TERRITORIAL E POTENCIADORES DA ATRATIVIDADE DE ESPINHO:**

- i. Valorização da rede hídrica enquanto sistema ecológico fundamental e componente principal da estruturação territorial e do continuum verde associado ao lazer;
- ii. Reforço da relação com o mar, requalificando a frente urbana e "abrindo" a cidade ao mar, no contexto urbano, e, no contexto rural, assegurando a salvaguarda dos

valores naturais e paisagísticos, promovendo-os enquanto mais-valia ambiental e territorial;

- iii. Promoção da malha da cidade como valor patrimonial e identitário;
- iv. Integração do Castro de Ovil na rede verde e cultural do concelho;

#### C. QUALIFICAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DEDICADOS ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS:

- i. Adoção de uma política de acolhimento industrial ativa, quer no sentido de ordenar o espaço industrial quer para induzir a diversificação;
- ii. Revitalização do comércio tradicional local como oportunidade para a reabilitação e revitalização urbanas e desenvolvimento de uma fileira de suporte à qualidade de vida local, à animação urbana e ao turismo;
- iii. Relocalização das áreas industriais e da fileira da logística, requalificando a atual área empresarial da cidade como polo de criatividade e inovação;
- iv. Dinamização do turismo, apostando complementarmente nos produtos "turismo ambiental, cultural e patrimonial".

As intervenções previstas pelo plano visam a materialização dos vetores estratégicos e correspondentes objetivos que concorrem para o modelo de desenvolvimento territorial preconizado.

### 3. MODELO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

No relatório do plano é justificado e desenvolvido o modelo de ordenamento do território e o papel das UOPG na consecução deste modelo.

O aspeto principal a reter assenta no conceito que o plano estabelece para as UOPG e na sua delimitação, o qual procura associar as UOPG à execução do plano, reforçando a sua escala enquanto unidade de planeamento e território de gestão.

É neste contexto que o plano define 4 UOPG, que cobrem a totalidade do território do município e que definem territórios homogéneos, com relativa autonomia funcional, polarizados por um centro urbano, que permitem a definição de um programa coerente de projetos estruturantes que concorram para a estratégia global do município e que, pela sua escala, asseguram maior eficácia na governação do território.

As UOPG identificadas são as seguintes:

- UOPG 1 - Cidade de Espinho;
- UOPG 2 - Orla Litoral Sul;
- UOPG 3 - Área Nascente da Cidade de Espinho;
- UOPG 4 - Área Sul da Cidade de Espinho.

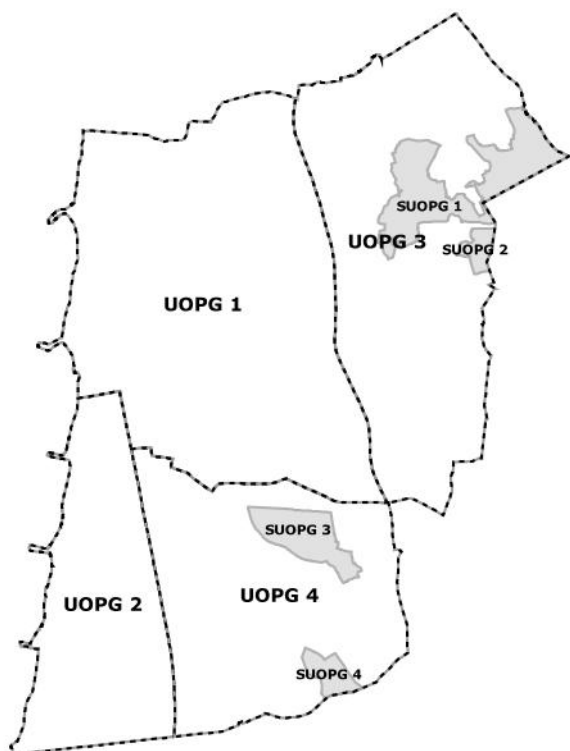


Fig. 1 - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) no concelho de Espinho

Para cada uma destas UOPG foram definidos uma série de objetivos programáticos que permitiram, de forma integrada, enumerar as medidas e ações a considerar na fase de execução do plano, nomeadamente:

#### UOPG 1 – CIDADE DE ESPINHO

- i. Reforço da imagem da quadrícula da cidade consolidada e a regenerar com manutenção e promoção dos seus valores patrimoniais e dos elementos morfológicos que a caracterizam: alinhamento de fachada, quarteirão regular edificado;
- ii. Procurar manter quotas de habitação em toda a cidade, nas situações de compatibilidade funcional;
- iii. Reabilitação urbana da cidade consolidada: delimitação de uma ou mais ARU a executar por operações de reabilitação urbana sistemática;
- iv. Requalificação da atividade comercial, quer ao nível da oferta comercial existente quer no que respeita ao espaço público e à forma de gestão;
- v. Elaboração de um plano de mobilidade sustentável com incremento e melhoria da mobilidade suave e introdução de bikesharing;
- vi. Utilização coletiva gradual do interior dos quarteirões;
- vii. Qualificar o espaço público e a frente edificada no confronto com a marginal numa atuação alargada ao quarteirão e reforçando a ligação da cidade ao mar;
- viii. Salvaguarda e valorização das ribeiras do Mocho e de Silvalde, com execução de percursos públicos pedonais e cicláveis ao longo do seu desenvolvimento;
- ix. Consolidação da zona de atividades terciárias no extremo sul da cidade, garantindo a continuidade da malha ortogonal identitária da cidade;
- x. Prolongamento da quadrícula na cidade a consolidar como elemento identificador e estruturador e acréscimo do espaço de utilização coletiva;
- xi. Reforço das centralidades emergentes correspondentes aos centros das freguesias de Anta e Silvalde;
- xii. Execução do parque urbano;

#### UOPG 2 – ORLA LITORAL SUL

- i. Valorizar o património paisagístico e natural sem prejuízo das necessárias obras de defesa da costa;
- ii. Ponderar a eventual ampliação do golfe para sul no objetivo da disponibilização de 27 buracos;
- iii. Garantir o pleno funcionamento do aeródromo e a disponibilidade de uma pista da ordem dos 1500 metros;

- iv. Proteger e salvaguardar a Lagoa de Paramos e os habitats naturais integrados em Rede Natura e promover a sua visitação;
- v. Promover a deslocalização da habitação do aglomerado da praia de Paramos para espaços urbanos pr oximos, no cumprimento do POOC;
- vi. Desnívelar as passagens de nível com a linha de caminho-de-ferro do norte;
- vii. Garantir o acesso ao lugar da Praia de Paramos atrav es de um arruamento por norte da pista do aer odromo;

#### UOPG 3 – ÁREA A NASCENTE DA CIDADE DE ESPINHO

- i. Criação do parque da Gruta da Lomba e da Picadela;
- ii. Minimização do efeito de seccionamento das A29 e A41 atrav es da garantia da continuidade dos percursos pedonais e cicl aveis ao longo dos principais cursos de água;
- iii. Melhorar a capacidade de carga e funcional das vias definidas como estruturantes deste território;
- iv. Reforço das centralidades de Guetim e de Altos C eus;
- v. Promoção de áreas terciária no n  na A41;
- vi. Reforço dos equipamentos de carácter local;
- vii. Proceder à integração urbanística da construção ilegal passível de legalização e contrariar/deslocalizar os volumes e atividades dissonantes;
- viii. Salvaguardar da construção os espaços interiores dos quarteirões agrícolas;

#### UOPG 4 – ÁREA SUL DA CIDADE DE ESPINHO

- i. Reforço da centralidade de Paramos;
- ii. Salvaguarda e valorização da ribeira de Rio Maior, com execução de percursos públicos pedonais e cicl aveis ao longo do seu desenvolvimento;
- iii. Valorizar e promover o Castro de Ovil, com a criação de um centro interpretativo e integrando as ruínas da antiga unidade industrial;
- iv. Salvaguardar da construção os espaços interiores dos quarteirões agrícolas;
- v. Eliminação das passagens de nível na linha do norte;
- vi. Promover a ocupação da área empresarial de Souto e Monte, acautelando os impactes sobre a envolvente, com especial relevo em relação ao castro de Ovil;
- vii. Promover a ocupação empresarial da área industrial de Paramos;
- viii. Melhorar a articulação destas duas áreas industriais com o n  de Gondezende na A29.



#### **4. PROCESSO DE EXECUÇÃO**

No território do plano consideram-se as seguintes áreas urbanas diferenciadas quanto à forma de execução:

- As correspondentes ao solo urbano consolidado, integrando os tecidos com uma estrutura urbana devidamente estabelecida e infraestruturada, em que as intervenções de novas construções são praticamente limitadas à colmatação ou reconversão de áreas sem dimensão significativa, não carecendo, como tal, à planificação prévia para além da decorrente da conceção inerente ao projeto e à sua articulação e integração com a envolvente, executando-se o plano, predominantemente, através do recurso imediato a operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, nas quais, por norma, se aplicam mecanismos indiretos de perequação compensatória;
- As correspondentes ao solo urbano a consolidar e que, pela sua dimensão e configuração do cadastro, por corresponderem a tecidos urbanos a reverter ou regenerar urbanística e funcionalmente, carecem de intervenções prévias de planeamento suportadas por desenho urbano de pormenor, em que a execução do plano processa-se, preferencialmente, no âmbito de unidades de execução, nas quais se aplicam mecanismos diretos de perequação compensatória.

O plano define ainda planos municipais de ordenamento do território de escala de maior pormenor que é necessário elaborar como forma de execução de determinadas áreas do território do município que são consideradas como especiais, como é o caso da cidade de Espinho e da orla litoral sul.

Ao modelo de execução descrito está subjacente uma programação que privilegia a concretização das seguintes intenções por ordem decrescente de prioridade, independentemente da classe de espaço em que se localizem:

- As que, contribuindo para a concretização dos objetivos enunciados nos números anteriores, possuam caráter estruturante no ordenamento do território e tenham efeitos multiplicativos no desenvolvimento do concelho;
- As de consolidação e qualificação do solo urbano, incluindo as de reabilitação urbana;
- As que permitam a disponibilização de solo para equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes e de utilização coletiva e infraestruturas necessários à satisfação das carências detetadas;
- As de proteção e valorização da estrutura ecológica.

## **5. MEDIDAS/AÇÕES**

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES			
						I	II	III	
<b>1</b>	<b>ORU da ARU Litoral da Cidade:</b> Área litoral da Cidade Espinho, desde o limite norte do concelho, a sul com o FACE, a poente com o mar e a nascente com a primeira frente de quarteirões envolventes à plataforma à superfície e troço da Rua 19 até à Praça José Salvador.	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv – A.vii B.ii – B.iii C.ii – C.iv	CME/Privados	Reforço da imagem da quadrícula da cidade consolidada; Reabilitação urbana da cidade consolidada; Qualificar o espaço público e a frente edificada	73.800,00€	X		
<b>2</b>	<b>ORU da ARU do Núcleo Central do Litoral</b>	UOPG 1   Cidade de Espinho UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv – A.vi – A.vii B.i – B.ii – B.iii C.ii – C.iii – C.iv	CME	Promoção da reabilitação do centro urbano da cidade e a regeneração das áreas degradadas	92.250,00€	X		
<b>3</b>	<b>ORU da ARU da Foz de Silvalde</b>	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv – A.vi – A.vii B.i – B.ii – B.iii C.ii – C.iv	CME	Reabilitação urbana da cidade consolidada; Qualificar o espaço público	61.500,00€	X		
<b>4</b>	<b>Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável Municipal (com integração dos corredores de mobilidade suave definidos no PDM)</b>	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv B.i – B.ii	CME	Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável	92.250,00€	X		
<b>5</b>	<b>Desnivelamento das passagens de nível (PN) da linha de caminho-de-ferro da Linha do Norte:</b>								
5.1	Execução da passagem inferior pedonal (PSP) da Ribeira do Mocho	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i – A.ii – A.iv	Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável		600.000,00€		X	X

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES		
						I	II	III
5.2	Execução da passagem superior pedonal (PSP) do Bairro Piscatório	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	REFER	Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável	500.000,00€		X	X
5.3	Execução da passagem inferior rodoviária (PIR) de Silvalde (Golf)				2 050.000,00€		X	X
5.4	Execução da passagem superior rodoviária (PSR) de Paramos				1 800.000,00€		X	X
5.5	Execução da passagem superior pedonal (PSP) de Paramos				300.000,00€		X	X
5.6	Execução da passagem inferior rodoviária do Bairro Piscatório (PIR)				2 700.000,00€		X	X
5.7	Execução da passagem superior pedonal (PSP) de Silvalde				300.000,00€		X	X
5.8	Execução da passagem superior pedonal (PSP) da cidade-Rua 5				CME		X	X
6	<b>Projeto de modernização e eletrificação da Linha do Vouga</b>				UOPG 1   Cidade de Espinho UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i – A.ii – A.iv C.iv	REFER	Opção de traçado com maior viabilidade económica; Melhor oferta para o utente; Oferta sustentável
7	<b>Plano de Modernização /Projeto de aumento de capacidade da Linha do Norte (Gaia/Ovar)</b>	UOPG 1   Cidade de Espinho UOPG 2   Orla Litoral Sul UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i – A.ii – A.iv C.iv	REFER	Opção de traçado com maior viabilidade económica; Melhor oferta para o utente; Oferta sustentável			X

	AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES		
							I	II	III
8	Elaboração do estudo para identificação dos sistemas de espaços públicos a reabilitar	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i – A.iv – A.vii B.ii C.iv	CME	Regeneração das áreas degradadas	30.750,00€	X		
9	Plano de Pormenor de requalificação da frente marítima promovendo a ligação da cidade com o mar	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i. – A.iv – A.vii B.i - B.ii –B.iii C.ii – C.iv	CME/Privados/APA	Promoção da reabilitação do centro urbano da cidade e a regeneração de áreas degradadas,  Reforço da relação com o mar, requalificando a frente urbana e “abrindo” a cidade ao mar, no contexto urbano e no contexto rural	153.750,00€		X	
10	Execução da obra de Requalificação e Valorização da Lagoa de Paramos	UOPG 2   Orla Litoral Sul	A.i. – A.iv – A.vii B.i - B.ii C.iv	CME/APA	Requalificar e valorizar as condições de vivência da Lagoa de Paramos	216.000,00€	X		
11	Elaboração do Projeto da valorização das ribeiras e respetivas margens, incluindo a integração de percursos pedonais e cicláveis	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i. – A.iv – A.vii B.i - B.ii – B.iv C.iv	CME/APA	Requalificar e valorizar o sistema ribeirinho	55.350,00€	X		
12	Elaboração dos projetos de valorização das áreas de acolhimento empresarial que potenciem a captação de investimento e promovam a criação de emprego	UOPG 1   Cidade de Espinho  UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho  UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i. – A.ii – A.iii C.i – C.iii	CME/Privados	Relocalização das áreas industriais e da fileira logística	73.800,00€	X	x	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES			
						I	II	III	
<b>13</b>	<b>Sistemas de corredores de transportes/Infraestruturas lineares estruturantes</b> *não estão incluídos os valores das expropriações dos terrenos"								
<b>13.1</b>	<b>Rede Rodoviária – Distribuidora Principal</b> [[Largura útil da faixa de rodagem (m)(valores mínimos) - 3,50; Largura dos passeios (em solo urbano) >= 3,00]]								
<b>13.1.1</b>	<b>PROPOSTA:</b>								
13.1.1.1	Execução do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 no extremo norte da cidade (ligação da existente à Rua 62)	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL  Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna	Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	141.404,00 € (200 ml)	X	X	
13.1.1.2	Execução do projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 32 até à rotunda de entrada na cidade (Rua 19/A29)					1 025.179,00€ (1450 ml)	X	X	
13.1.1.3	Projeto e obra de ligação da Rua da Igreja à Rua da Nova (Guetim) no limite nascente do concelho	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho				388.861,00€ (550 ml)	X	X	
<b>13.1.2</b>	<b>REPERFILAR/REESTRUTURAR:</b>								
13.1.2.1	Revisão do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 no extremo norte da cidade (da Rua 62 até à Ponte de Anta)	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL  Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna	Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	68.950,00€ (173 ml)	X	X	
13.1.2.2	Projeto e obra de reperfilamento da ligação da Rua da Nova (Guetim) à Rua da Idanha (até Cotesi), junto do limite nascente do concelho	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho				444.792,96€ (1116 ml)	X	X	
13.1.2.3	Projeto e obra de reperfilamento da Rua Padre Sá (Paramos) desde a E.N. 109 (Rua Central) ao limite sul do concelho	UOPG 4   Área Sul do Concelho				538.056,00€ (1350 ml)	X	X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES			
						I	II	III	
<b>13.2</b>	<b>Rede Rodoviária – Distribuidora Secundária</b>								
	[ (Largura útil da faixa de rodagem(m) (valores mínimos) - 3,25; Largura dos passeios (em solo urbano) >= 3,00)]								
<b>13.2.1</b>	<b>PROPOSTA:</b>								
13.2.1.1	Revisão do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 (sul) desde a Estrada de S. Tiago (Silvalde) até à Rua do Quartel	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna  Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	520.725,00€ (750 ml)	X	X	
13.2.1.2	Projeto e obra do Prolongamento da Rua 20 desde a Zona Industrial até à Rua do Quartel					180.125,00€ (275 ml)	X	X	
13.2.1.3	Projeto e obra do arruamento desde a Rua do Peso à Rua da Cavada Velha	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho				386.450,00€ (590 ml)	X	X	
<b>13.2.2</b>	<b>REPERFILAR/REESTRUTURAR:</b>								
13.2.2.1	Projeto e obra de Reperfilamento do Nó de Cassufas (Guetim A41) à Rua da Aldeia Nova	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna  Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	641.883,00€ (1650 ml)	X	X	
13.2.2.2	Projeto e obra de Reperfilamento da Rua da Aldeia Nova/Rua da Cavada Velha até à Ribeira de Silvalde					427.922,00€ (1100 ml)	X	X	
13.2.2.3	Projeto e obra de Reperfilamento da ligação da Rua da Idanha (desde o cruzamento) ao limite norte do concelho (Eurospuma)					260.643,40€ (670 ml)	X	X	
13.2.2.4	Projeto e obra de Reperfilamento da Rua do Quartel desde a Linha V.V. até à Linha do Norte	UOPG 1   Cidade de Espinho				342.337,60€ (880 ml)	X	X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES		
						I	II	III
13.2.2.5					131.099,74€ (337 ml)	X	X	
13.2.2.6	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	583.530,00€ (1500 ml)	X	X	
13.2.2.7					204.235,50€ (525 ml)	X	X	
<b>13.3</b>	<b>Rede Rodoviária – Rede local</b>							
	[ (Largura útil da faixa de rodagem(m) (valores mínimos) - 3,00; Largura dos passeios (em solo urbano) >= 2,50)]							
<b>13.3.1</b>	<b>PROPOSTA:</b>							
<b>13.3.1.1</b>	UOPG 2   Orla Litoral Sul	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna	370.444,35€ (1022 ml)	X	X	
<b>13.3.1.2</b>	UOPG 1   Cidade de Espinho			Melhoria da articulação da rede de acessibilidade;	683.488,00€ (1040 ml)	X	X	



AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES		
						I	II	III
<b>13.3.1.3</b>	Projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 32 até à Rua 28	UOPG 1   Cidade de Espinho			105.152,00€ (160 ml)	X	X	
<b>13.3.1.4</b>	Projeto e obra do arruamento desde a Rua Padre Sá à Travessa da Bela Vista	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	282.596,00€ (430 m)	X	X
<b>13.3.1.5</b>	Projeto e obra da Travessa da Cavada Velha com início na Rua da Cavada Velha até à Rua da Cristeija	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho			262.880,00€ (400 ml)	X	X	
<b>13.3.2</b>	<b>REPERFILAR/REESTRUTURAR</b>							
<b>13.3.2.1</b>	Projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 28 até à Rua 14	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.ii – A.iii – A.iv	CME/ESTRADAS DE PORTUGAL	Hierarquização funcional da rede viária, melhorando as condições de mobilidade interna Melhoria da articulação da rede de acessibilidade	181.790,00€ (500 ml)	X	X
<b>14</b>	<b>Criação e Divulgação de roteiros dos lugares e valores identitários do concelho</b>	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i - B.ii - B.iii - B.iv C.iv	CME/Turismo Portugal/Privados	Dinamização do turismo	Valor em definição Previsão candidatura em julho	X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		PRIORIDADES			
							I	II	III	
15	Projeto de Valorização do Castro de Ovil, Património Cultural Classificado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	UOPG 4   Área Sul do Concelho	B.i – B.ii - B.iv C.iv	CME	Integração do Castro de Ovil na rede verde e cultural do concelho	Valor em definição Previsão candidatura em julho		X		
16	Projeto de identificação das necessidades de instalação de hortas públicas urbanas	UOPG 1   Cidade de Espinho UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i - A.v	CME/Lipor	Reforço da igualdade de oportunidades de acesso por parte de todos; Valorização da estruturação territorial e do <i>continuum</i> verde	30.750,00€		X		
17	Construção do Quartel de Bombeiros	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i - A.v	CME/Agrupamento de Bombeiros/Privados	Otimização da rede de equipamentos	Valor em definição Previsão candidatura em junho		X		
18	Melhoria da Rede de Interfaces: - Plataforma intermodal - Autocarros e «Kiss & Ride»; - Intermodais de características Micro.	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.ii - A.iii - A.iv	CME/AMP PAMUS	Reforço da integração intermodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros	Investimento 938.900,00 € (CME-15%)	FEDER (contratualizado) 798.000,00 €	X		

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		PRIORIDADES		
							I	II	III
<b>19</b>  <b>Rede de Ciclovias:</b> - Requalificação do Corredor Urbano da Rua 19 para promoção do uso ciclável e pedonal; - Requalificação da Rua 2 para promoção do uso ciclável e pedonal (desde Rua dos Limites até à Rua 33) - Requalificação da Entrada Norte (desde a Rua 20 até à Ribeira do Mocho) para promoção do uso ciclável e pedonal - Requalificação da Rua 33 e Rua da Nave para promoção do uso ciclável e pedonal (desde a rua 2 até ao Centro Escolar de Anta) - Requalificação da Plataforma sobre o canal Ferroviário - Via Ciclável - Requalificação da Variante à Rua 19 e Rua Nova da Praia para promoção do uso ciclável e pedonal	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv – A.vi B.i	CME PAMUS	Aumento da quota dos modos suaves (pedonal e bicicleta), nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana	Investimento 4.914.286,00 €	FEDER (contratualizado) 3.584.450,00 €	X		
<b>20</b>  <b>Rede de Ciclovias – 2ª fase</b>	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i – A.ii – A.iii – A.iv – A.vi B.i	CME PAMUS	Aumento da quota dos modos suaves (pedonal e bicicleta), nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana	4.300.000,00 €			X	
<b>21</b>  <b>Estruturação de corredores urbanos de procura elevada</b>	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i - A.iv	CME PAMUS	Organização funcional das interfaces; Inserção urbana das interfaces no território; Priorizar o acesso à Infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves	Investimento 1.407.000,00 € (CME-15%)	FEDER (contratualizado) 1.177.550,00 €	X		

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		PRIORIDADES			
							I	II	III	
<b>22</b>	<b>Requalificação do Canal Ferroviário - Espinho - ReCAFe</b> (Reabilitação de Espaço Público)	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i - A.ii - A.iv - A.vii B.ii C.ii - C.iv	CME/Turismo de Portugal / CME  PARU	Reabilitação de Espaço Público	Investimento  3.000.000,00 €	FEDER (contratualizado)  2.250.000 €	X		
<b>23</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público:</b> Requalificação da Plataforma sobre o canal Ferroviário	UOPG 1 Cidade de Espinho	A.i - A.ii - A.iv - A.vii B.ii C.ii - C.iv	PARU	Reabilitação da cidade consolidada; Qualificar o espaço público	9.552.000,00 €		X		
<b>24</b>	<b>Regeneração Urbana do Bairro da Ponte de Anta</b>									
<b>24.1</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público</b>	UOPG 1 Cidade de Espinho	A.i - A.v -A.vii	CME IHRU PAICD	Qualificar o espaço público	248.900,00 €			X	
<b>24.2</b>	<b>Reabilitação do edificado:</b> Reabilitação do Bairro de Ponte Anta - Bloco F Reabilitação do Complexo Habitacional de Ponte de Anta Reabilitação do Bairro de Ponte Anta - IHRU		A.i - A.vi	CME IHRU PAICD	Promoção de habitação para as famílias carenciadas	541.000,00 €			X	
<b>24.3</b>	<b>Reabilitação de equipamentos de Utilização Coletiva:</b> Centros de Inovação, Empreendedorismo e Coworking (Anta)		A.i - A.v	CME IHRU PAICD	Otimização da rede de equipamentos de perfil social e dinamização económica	288.150,00 €			X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL		PRIORIDADES			
							I	II	III	
<b>25</b>	<b>Regeneração do Bairro Piscatório de Silvalde</b>									
<b>25.1</b>	<b>Reabilitação do edificado:</b> Reabilitação do Bairro Novo Reabilitação do Bairro da Quinta da Marinha - Bloco 4 Reabilitação do PER de Silvalde - Bloco A Reabilitação do PER de Silvalde - Bloco B Reabilitação do Bairro da Quinta da Marinha da Marinha- IHRU	UOPG 1 Cidade de Espinho	A.i - A.vi	CME/IHRU PAICD	Promoção de habitação para as famílias carenciadas	1.458.000,00 €			X	
<b>25.2</b>	<b>Equipamentos de Utilização coletiva:</b> - Reabilitação e reconversão do Edifício da Lota /residências culturais; - Centro Inovação, Empreendedorismo e Coworking (antiga EB1/JI Marinha 1)		A.i - A.v	CME PAICD	Otimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade	Investimento 916.088,00 €	FEDER (contratualizado) 800.000,00 €	X		
<b>25.3</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público</b>		A.i - A.v - A.vii	PAICD	Qualificar o espaço público	950.000,00 €	740.000,00 €	X		
<b>26</b>	<b>Regeneração do Bairro Piscatório de Silvalde – 2ª Fase</b>									
<b>26.1</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público – 2ª fase</b>	UOPG 1 Cidade de Espinho	A.i - A.v - A.vii	PAICD	Qualificar o espaço público	550.000€			X	
<b>26.2</b>	<b>Reabilitação de Equipamentos de Utilização Coletiva – 2ª fase</b>		A.i -A.v	PAICD	Otimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade	533.500 €			X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES			
						I	II	III	
<b>27</b>	<b>Regeneração do Complexo Habitacional de Guetim</b>								
<b>27.1</b>	<b>Reabilitação do edificado:</b>	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.i - A.vi	CME	Promoção de habitação para as famílias carenciadas	159.000,00 €		X	X
<b>27.2</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público</b>		A.i - A.v - A.vii	CME	Qualificar o espaço público	159.000,00 €		X	X
<b>27.3</b>	<b>Reabilitação de Equipamentos de Utilização Coletiva</b>		A.i - A.v	CME	Otimização da rede de equipamentos de perfil social da cidade	288.150,00 €		X	X
<b>28</b>	<b>Regeneração Urbana do Bairro Quinta Paramos</b>								
<b>28.1</b>	<b>Reabilitação do edificado:</b> Regeneração Urbana do Bairro Quinta Paramos Reabilitação do Complexo Habitacional da Quinta de Paramos	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i - A.vi	PAICD	Promoção de habitação para as famílias carenciadas	2.163.000,00 €		X	
<b>28.2</b>	<b>Reabilitação do Espaço Público:</b> Regeneração Urbana do Bairro Quinta Paramos		A.i - A.v - A.vii	PAICD	Reforço da centralidade	183.600,00 €		X	
<b>28.3</b>	<b>Reabilitação de equipamentos de Utilização Coletiva:</b> Regeneração Urbana do Bairro Quinta Paramos Centros de Inovação, Empreendedorismo e Coworking (Paramos)		A.i - A.v	PAICD	Reforço da centralidade e dinamização económico-social	522.300,00 €		X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES			
						I	II	III	
29	Execução da rede de abastecimento de água (a construir /a renovar)	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i	CME/Privados	Rentabilização das infraestruturas	Valor em definição Previsão candidatura em junho	X	X	X
30	Execução da rede de águas residuais (a construir /a remodelar)	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i	CME/Privados	Rentabilização das infraestruturas	Valor em definição Previsão candidatura em junho	X	X	X
31	Conclusão do Plano de Pormenor da Praia de Paramos	UOPG 2   Orla Litoral Sul	A.i. – A.vi B.ii C.iv	CME	Qualificar o espaço público	29.520,00€	X		
32	Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Espinho	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i. – A.ii – A.iii – A.iv – A.v – A.vi – A.vii B.i – B.ii – B.iii – B.iv C.i – C.ii – C.iii – C.iv	CME	Reforço da imagem da quadrícula com manutenção e promoção dos seus valores patrimoniais e dos elementos morfológicos que a caracterizam: alinhamento de fachada, quarteirão regular edificado	166.050,00€	X		
33	Conclusão do Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul de Espinho	UOPG 2   Orla Litoral Sul	A.i. – A.iii – A.iv – A.vii B.i – B.ii C.iv	CME	Valorizar o património paisagístico e natural; Proteger e salvaguardar a Lagoa de Paramos; Promover a deslocalização da habitação do aglomerado da praia de Paramos	28.290,00€	X		
34	Elaboração de um Plano de arborização	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i. B.i – B.ii	CME	Qualificar o espaço público	30.750,00€	X		
35	Qualificação das entradas na cidade (verificar as situações)	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i. – A.ii – A.iv B.i C.iv	CME/Estradas de Portugal	Qualificar o espaço público	11.500,00€		X	

AÇÕES	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	ENQUADRAMENTO NA ESTRATÉGIA DO PLANO	PARCERIAS	OBJETIVOS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	PRIORIDADES		
						I	II	III
36	Execução do parque urbano	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i.- A.iii - A.iv - A.vii B.i - B.ii C.iv	CME/Privados	Execução do parque urbano			X
37	Estudo de Regeneração da atual área industrial como polo de criatividade e inovação	UOPG 1   Cidade de Espinho	A.i. - A.iv C.i - C.iii	CME/Privados	Consolidação da zona de atividades terciárias no extremo sul da cidade	40.000,00€		X
38	Requalificação do largo da igreja de Anta	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.i. - A.ii - A.iii - A.v - A.vii	CME	Reforço das centralidades emergentes	984.000,00€	X	
39	Elaboração do projeto de Requalificação e ampliação do aeródromo	UOPG 2   Orla Litoral Sul	A.i. - A.ii - A.iii - A.iv - A.vii C.iv	ANAC/PRIVADOS/Junta de Freguesia/CME/Turismo de Portugal	Garantir o pleno funcionamento do aeródromo e a disponibilidade de uma pista da ordem dos 1500 metros	180.000,00€		X
40	Projeto de Requalificação e ampliação do espaço recreativo e desportivo do Parque Américo Magano	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i. - A.iv - A.v - A.vii B.i	CME/Junta de Freguesia/Privados	Valorização dos espaços de equipamentos	15.000,00€		X
41	Elaboração do Projeto do Parque da Gruta da Lomba e Parque da Picadela	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.i.- A.iii - A.iv - A.vii B.i C.iv	CME	Criação do parque da Gruta da Lomba	15.000,00€		X
42	Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 1 - Parque da Gruta da Lomba e da Picadela	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.i.- A.iii - A.iv - A.vii B.i C.iv	CME/Privados	Criação do parque da Picadela	22.500,00€		X
43	Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 2 - Zona Terciária de Cassufas	UOPG 3   Área Nascente da Cidade de Espinho	A.i.- A.ii - A.iii C.i - C.iii	CME/Privados	Promoção de áreas terciária no nó na A41	15.500,00€	X	
44	Instalação de um gabinete na CME para acompanhamento da legalização de edifícios	PROJ. E AÇÕES TRANSVERSAIS Concelho	A.i. - A.v - A.vi	CME/Privados	Legalização e integração das construções habitacionais ilegais	35.000,00€		X
45	Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 3 - Zona Industrial e de Armazenagem Souto e Monte	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i. - A.ii - A.iii C.i - C.iii	CME/Privados	Promover a ocupação da área empresarial de Souto e Monte	22.500,00€		X
46	Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 4 - Zona Industrial e de Armazenagem de Paramos	UOPG 4   Área Sul do Concelho	A.i. - A.ii - A.iii C.i - C.iii	CME/Privados	Promover a ocupação empresarial da área industrial de Paramos	22.500,00€	X	



**5.1. Articulação das medidas/ações do programa de execução com a estratégia do plano**

Medidas /Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
1. ORU da ARU Litoral da Cidade	X	X	X	X	X		X		X	X			X		X	X			
2. ORU da ARU do Núcleo Central do Litoral	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X			X
3. ORU da ARU da Foz de Silvalde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X		X	X			
4. Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável Municipal	X	X	X	X				X	X							X	X	X	X

**5. Desnivelamento das passagens de nível (PN) da linha de caminho-de-ferro da Linha do Norte:**

5.1 Execução da passagem inferior pedonal (PSP) da Ribeira do Mocho	X	X		X												X			
5.2 Execução da passagem superior pedonal (PSP) do Bairro Piscatório	X	X		X												X			
5.3 Execução da passagem inferior rodoviária (PIR) de Silvalde (Golf)	X	X		X												X			
5.4 Execução da passagem superior rodoviária (PSR) de Paramos	X	X		X													X		X
5.5 Execução da passagem superior pedonal (PSP) de Paramos	X	X		X													X		X
5.6 Execução da passagem inferior rodoviária do Bairro Piscatório (PIR)	X	X		X												X			

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>5.7</b> Execução da passagem superior pedonal (PSP) de Silvalde	X	X		X												X			
<b>5.8</b> Execução da passagem superior pedonal (PSP) da cidade-Rua 5	X	X		X												X			
<b>6.</b> Projeto de modernização e eletrificação da Linha do Vouga	X	X		X											X	X			X
<b>7.</b> Plano de Modernização /Projeto de aumento de capacidade da Linha do Norte (Gaia/Ovar)	X	X		X											X	X	X		X
<b>8.</b> Elaboração do estudo para identificação dos sistemas de espaços públicos a reabilitar	X			X			X		X						X	X	X	X	X
<b>9.</b> Plano de Pormenor de requalificação da frente marítima promovendo a ligação da cidade com o mar	X			X			X	X	X	X			X		X	X			
<b>10.</b> Execução da obra de Requalificação e Valorização da Lagoa de Paramos	X			X				X	X						X		X		
<b>11.</b> Elaboração do Projeto da valorização das ribeiras e respetivas margens, incluindo a integração de percursos pedonais e cicláveis	X			X			X	X	X		X				X	X	X	X	X
<b>12.</b> Elaboração dos projetos de valorização das áreas de acolhimento empresarial que potenciem a captação de investimento e promovam a criação de emprego	X	X	X									X		X	X		X		X

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG				
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4	
<b>13. Sistemas de corredores de transportes/Infraestruturas lineares estruturantes</b>																				
<b>13.1 Rede Rodoviária – Distribuidora Principal</b>																				
<b>13.1.1 PROPOSTA:</b>																				
<b>13.1.1.1</b> Execução do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 no extremo norte da cidade (ligação da existente à Rua 62)		X	X	X														X		
<b>13.1.1.2</b> Execução do projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 32 até à rotunda de entrada na cidade (Rua 19/A29)		X	X	X														X		
<b>13.1.1.3</b> Projeto e obra de ligação da Rua da Igreja à Rua da Nova (Guetim) no limite nascente do concelho		X	X	X																X
<b>13.1.2 REPERFILAR/REESTRUTURAR:</b>																				
<b>13.1.2.1</b> Revisão do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 no extremo norte da cidade (da Rua 62 até à Ponte de Anta)		X	X	X														X		
<b>13.1.2.2</b> Projeto e obra de reperfilamento da ligação da Rua da Nova (Guetim) à Rua da Idanha (até Cotesi), junto do limite nascente do concelho		X	X	X																X
<b>13.1.2.3</b> Projeto e obra de reperfilamento da Rua Padre Sá (Paramos) desde a E.N. 109 (Rua Central) ao limite sul do concelho		X	X	X																X

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>13.2 Rede Rodoviária – Distribuidora Secundária</b>																			
<b>13.2.1 PROPOSTA:</b>																			
<b>13.2.1.1</b> Revisão do projeto e obra do prolongamento da Av. 32 (sul) desde a Estrada de S. Tiago (Silvalde) até à Rua do Quartel		X	X	X												X			
<b>13.2.1.2</b> Projeto e obra do Prolongamento da Rua 20 desde a Zona Industrial até à Rua do Quartel		X	X	X												X			
<b>13.2.1.3</b> Projeto e obra do arruamento desde a Rua do Peso à Rua da Cavada Velha		X	X	X															X
<b>13.2.2 REPERFILAR/REESTRUTURAR:</b>																			
<b>13.2.2.1</b> Projeto e obra de Reperfilamento do Nó de Cassufas (Guetim A41) à Rua da Aldeia Nova		X	X	X															X
<b>13.2.2.2</b> Projeto e obra de Reperfilamento da Rua da Aldeia Nova/Rua da Cavada Velha até à Ribeira de Silvalde		X	X	X															X
<b>13.2.2.3</b> Projeto e obra de Reperfilamento da ligação da Rua da Idanha (desde o cruzamento) ao limite norte do concelho (Eurospuma)		X	X	X															X

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>13.2.2.4</b> Projeto e obra de Reperfilamento da Rua do Quartel desde a Linha V.V. até à Linha do Norte		X	X	X												X			
<b>13.2.2.5</b> Projeto e obra de Reperfilamento da Rua do Vouga entre a Rua da Costa Verde e a Linha do Norte (Golfe)		X	X	X															X
<b>13.2.2.6</b> Projeto e obra de Reperfilamento da ligação da Estrada de S. Tiago (Silvalde) à Rua Padre Sá (Paramos- Rua das Árvores/Rua da Quinta/Rua do Monte		X	X	X															X
<b>13.2.2.7</b> Projeto e obra de Reperfilamento da Rua da Saibreira/Rua do Espadilha desde a E.N. 109 (Rua Central) à Linha do Norte		X	X	X															X

**13.3 Rede Rodoviária – Rede local**
**13.3.1 PROPOSTA:**

<b>13.3.1.1</b> Execução da via permeável de acesso à Praia de Paramos		X	X	X													X		
<b>13.3.1.2</b> Revisão do projeto e obra do prolongamento da Av. 24 (cruzamento da Rua 41) à Rua do Quartel		X	X	X												X			
<b>13.3.1.3</b> Projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 32 até à Rua 28		X	X	X												X			

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>13.3.1.4</b> Projeto e obra do arruamento desde a Rua Padre Sá à Travessa da Bela Vista		X	X	X															X
<b>13.3.1.5</b> Projeto e obra da Travessa da Cavada Velha com início na Rua da Cavada Velha até à Rua da Cristeija		X	X	X														X	
<b>13.3.2 REPERFILAR/REESTRUTURAR</b>																			
<b>13.3.2.1</b> Projeto e obra do Prolongamento da Rua 41, desde a Rua 28 até à Rua 14		X	X	X												X			
<b>14.</b> Criação e Divulgação de roteiros dos lugares e valores identitários do concelho	X								X	X	X			X	X	X	X	X	X
<b>15.</b> Projeto de Valorização do Castro de Ovil, Património Cultural Classificado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC)								X	X		X			X					X
<b>16.</b> Projeto de identificação das necessidades de instalação de hortas públicas urbanas	X					X										X		X	X
<b>17.</b> Construção do Quartel de Bombeiros	X					X										X			
<b>18.</b> Melhoria da Rede de Interfaces		X	X	X												X			
<b>19.</b> Rede de Ciclovias	X	X	X	X			X	X								X	X	X	X



Medidas /Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>20.</b> Rede de Ciclovias – 2ª fase	X	X	X	X			X	X								X	X	X	X
<b>21.</b> Estruturação de corredores urbanos de procura elevada	X			X												X	X	X	X
<b>22.</b> Requalificação do Canal Ferroviário - Espinho - ReCAFe	X	X		X			X		X				X		X	X			
<b>23.</b> Reabilitação do Espaço Público	X	X		X			X		X				X		X	X			
<b>24.</b> Regeneração Urbana do Bairro da Ponte de Anta																			
<b>24.1</b> Reabilitação do Espaço Público	X				X		X									X			
<b>24.2</b> Reabilitação do edificado	X					X										X			
<b>24.3</b> Reabilitação de equipamentos de Utilização Coletiva:	X				X											X			
<b>25.</b> Regeneração do Bairro Piscatório de Silvalde																			
<b>25.1</b> Reabilitação do edificado	X					X										X			
<b>25.2</b> Equipamentos de Utilização coletiva	X				X											X			
<b>25.3</b> Reabilitação do espaço público	X				X		X									X			
<b>26.</b> Regeneração do Bairro Piscatório de Silvalde – 2ª Fase																			
<b>26.1</b> Reabilitação do Espaço Público – 2ª fase	X				X		X									X			
<b>26.2</b> Reabilitação de Equipamentos de Utilização Coletiva – 2ª fase	X				X											X			

Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>27. Regeneração do Complexo Habitacional de Guetim</b>																			
<b>27.1</b> Reabilitação do edificado	X					X													X
<b>27.2</b> Reabilitação do Espaço Público	X				X		X												X
<b>27.3</b> Reabilitação de Equipamentos de Utilização Coletiva	X				X														X
<b>28. Regeneração Urbana do Bairro Quinta Paramos</b>																			
<b>28.1</b> Reabilitação do edificado	X					X													X
<b>28.2</b> Reabilitação do Espaço Público	X				X		X												X
<b>28.3</b> Reabilitação de equipamentos de utilização Coletiva	X				X														X
<b>29.</b> Execução da rede de abastecimento de água (a construir /a renovar)	X															X	X	X	X
<b>30.</b> Execução da rede de águas residuais (a construir /a remodelar)	X															X	X	X	X
<b>31.</b> Conclusão do Plano de Pormenor da Praia de Paramos	X					X			X						X		X		
<b>32.</b> Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Espinho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
<b>33.</b> Conclusão do Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul de Espinho	X		X	X			X	X	X						X		X		





Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>34.</b> Elaboração de um Plano de arborização	X							X	X							X	X	X	X
<b>35.</b> Qualificação das entradas na cidade	X	X		X				X							X	X	X	X	X
<b>36.</b> Execução do parque urbano	X		X	X			X	X	X						X	X			
<b>37.</b> Estudo de Regeneração da atual área industrial como polo de criatividade e inovação	X			X								X		X		X			
<b>38.</b> Requalificação do largo da igreja de Anta	X		X		X		X											X	
<b>39.</b> Elaboração do projeto de Requalificação e ampliação do aeródromo	X	X	X	X			X								X		X		
<b>40.</b> Projeto de Requalificação e ampliação do espaço recreativo e desportivo do Parque Américo Magano	X			X	X		X	X											X
<b>41.</b> Elaboração do Projeto do Parque da Gruta da Lomba e Parque da Picadela	X		X	X			X	X							X			X	
<b>42.</b> Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 1 – Parque da Gruta da Lomba e da Picadela	X		X	X			X	X							X			X	
<b>43.</b> Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 2 – Zona Terciária de Cassufas	X	X	X									X		X				X	



Medidas / Ações	A. Reforço dos Níveis de Coesão Social e Territorial							B. Promoções dos Valores Naturais e Patrimoniais do Concelho				C. Qualificação e Disponibilização dos espaços dedicados às Atividades Económicas				UOPG			
	i	ii	iii	iv	v	vi	vii	i	ii	iii	iv	i	ii	iii	iv	1	2	3	4
<b>44.</b> Instalação de um gabinete na CME para acompanhamento da legalização de edifícios	X				X	X										X	X	X	X
<b>45.</b> Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 3 – Zona Industrial e de Armazenagem Souto e Monte	X	X	X									X		X					X
<b>46.</b> Elaboração da unidade de execução correspondente à SUOPG 4 – Zona Industrial e de Armazenagem de Paramos	X	X	X									X		X					X

## 6. PLANO DE FINANCIAMENTO

### 6.1. Conceito de Equivalente Financeiro da despesa na receita

Na elaboração do programa de execução do Plano Diretor Municipal de Espinho, e no que respeita à identificação das fontes de financiamento do investimento programado, aponta-se o Orçamento Municipal como um dos pilares de suporte do investimento público.

Esta identificação pode ser insuficiente na concretização das intenções do município. Para melhor compreender o esforço que está a ser requerido, detalhou-se a estrutura da receita, identificando, dentro da receita total, as rubricas que, de modo agregado, se materializam como o equivalente financeiro da despesa de investimento programada.

Na projeção da receita teve-se em conta o Financiamento já contratualizado bem como as verbas provenientes da Zona de Jogo. Relativamente às outras receitas, nomeadamente as provenientes das Taxas de Licenciamento e Obras, da Ocupação da Via Pública e dos Impostos Diretos, tendo em conta os valores das receitas desde o ano de 2008 até 2015, elaborou-se uma projeção em termos de tendência potencial das verbas a angariar nos próximos 10 anos.

### 6.2. Financiamento Específico já contratualizado

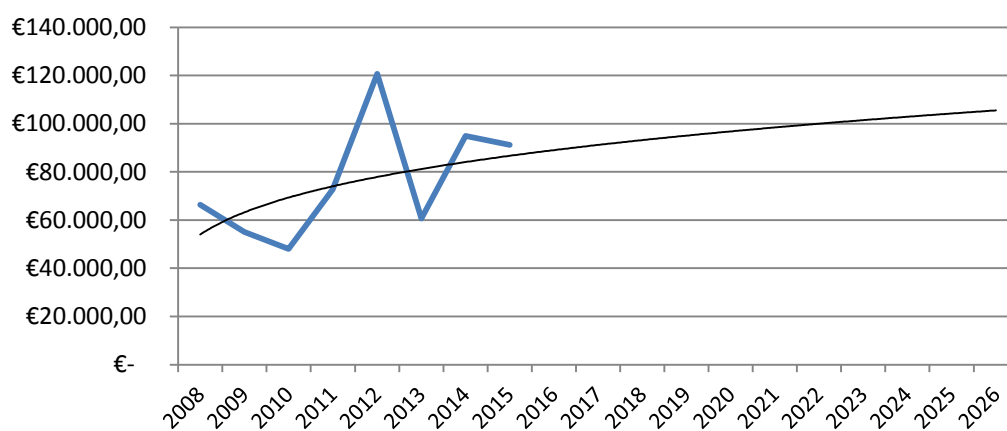
O Plano Diretor surge em continuidade do Programa Plurianual de Investimentos, a sua estrutura de investimentos assentará na evolução da atual estrutura de despesa e o seu suporte de financiamento na evolução da atual estrutura de receita. A curto prazo (3 anos) já se podem identificar algumas fontes de financiamento específicas, já contratualizadas, nomeadamente o financiamento resultante do Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano (PEDU). A curto e a médio prazo (10 anos) podemos considerar as verbas provenientes de Contrapartidas da Zona de Jogo e impostos associados. No seu conjunto, estes programas podem contribuir para suportar um investimento de cerca de 5 M€/Ano, nos próximos 3 anos e 2 M€/Ano nos anos seguintes.

	Total	Anual (2017 a 2019)	Anual (2019 a 2026)
PEDU	9 350 000 €	3 116 000 €	
Contrapartidas Zona de Jogo	20 000 000 €	2 000 000 €	2 000 000 €
	29 350 000 €	5 116 000 €	2 000 000 €

### 6.3. Análise da estrutura da receita no quadro de suporte do investimento urbanístico

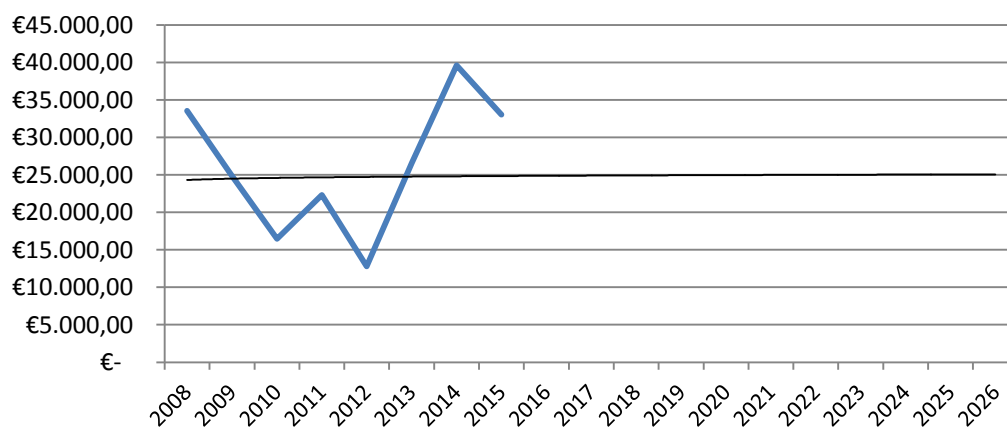
As receitas provenientes das Taxas de Licenciamento e Obras são, por natureza, as fontes de receitas com maior ligação direta ao investimento urbanístico. Entre 2008 e 2010 houve uma quebra muito significativa desta receita, tendo nos últimos anos aumentado e mantendo-se uma tendência de receita superior a 90 000 €/Ano. Perspetiva-se, então, que estas componentes da receita gerem cerca de 90 000 €/Ano nos próximos 10 anos.

#### Taxas de Licenciamento e Obras



No quadro global das outras taxas municipais, podemos destacar as taxas decorrentes de Ocupação de Via Pública. Projetando as receitas provenientes destas taxas com base no registado nos últimos anos, podemos perspetivar uma receita média de 25 000 €/Ano, nos próximos 10 anos.

#### Ocupação da Via Pública

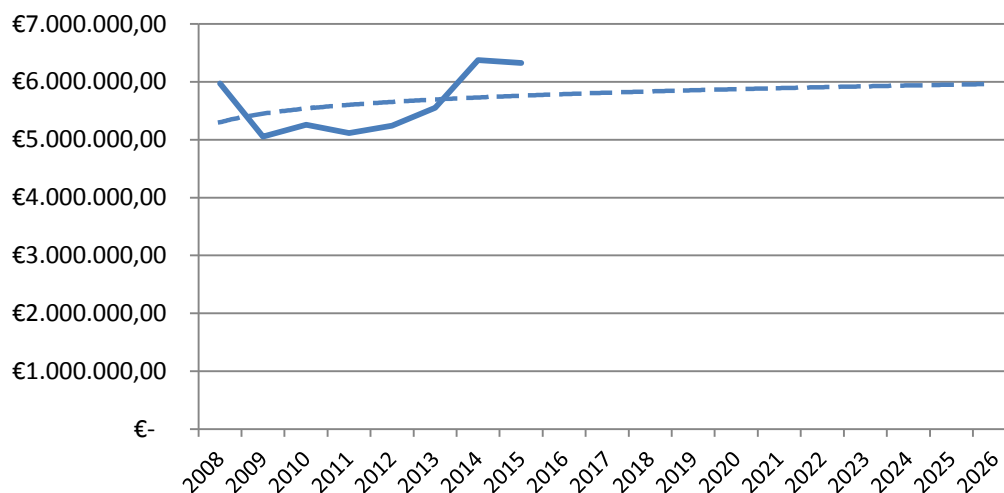


De modo agregado, as fontes específicas de financiamento e as taxas e outras fontes de receita aqui especificadas, tendem a gerar um suporte de receita de 5 231 000 €/ano nos primeiros três anos e 2 125 000€/ano nos sete anos seguintes.

#### 6.4. Impostos Diretos

O suporte de receita até aqui elencado, podendo ser insuficiente para fazer face ao Investimento prospetivado no quadro de evolução da despesa municipal e no quadro do PDM em revisão, tem uma característica de variabilidade, designadamente por alterações de conjuntura no mercado imobiliário, desajustada das necessidades decorrentes de um instrumento de planeamento que se pretenda sustentador de uma política de desenvolvimento económico e social da cidade. Assim, pode justificar-se o recurso a receitas provenientes de impostos, que confirmam estabilidade ao suporte de receita, não perdendo o racional de equivalente económico. Sem perda de referência lógica, no quadro atrás referido, pode vir a assumir-se o compromisso de efetuar investimento urbanístico de volume equivalente a uma determinada percentagem da receita auferida pela coleta de impostos diretos como o Imposto Único de Circulação (IUC); o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ou até mesmo a Derrama. Assim, se isolarmos no quadro dos impostos diretos as receitas provenientes de IUC, IMI, IMT e Derrama, verificamos que, se se mantiver a tendência de evolução dos últimos 8 anos, estes poderão gerar uma receita média anual de 6M€/Ano, nos próximos 10 anos. Esta perspetiva está profundamente dependente da evolução da coleta de IMI e da Derrama e do IMT.

#### Impostos Diretos



### 6.5. Cenarização face ao volume de investimento prospetivado no quadro do Plano

Demonstra-se, assim, a existência de um suporte financeiro que pode ser utilizado como equivalente para perspetivar o investimento urbanístico na cidade. Neste suporte financeiro, podemos reunir cerca de 5 166 000 €/Ano, proveniente de fontes específicas de financiamento e 115 000 €/Ano, resultante da cobrança de taxas urbanísticas e compensações, num total de 5 231 000 €/Ano, que poderá ser integralmente convocado para suportar o investimento urbanístico.

De modo a verificar a adequabilidade deste fundo, devemos lançar alguma perspetiva sobre o volume de investimento esperado nesse período. Podemos assim, estabelecer os seguintes cenários de intervenção:

#### Nos primeiros três anos

Cenários	Investimento Anual Médio Estimado a 3 anos	Bases de Receita	
		Financiamento Específico e Taxas Urbanísticas	Impostos Diretos
		5,2 M€/ano	6 M€/ano
A: dotação de investimento inscrita no PPI, com uma taxa média de 75%	4,648 M€/ano€	100%	-
B: dotação de investimento inscrita no PPI, com uma taxa de execução integral	6,198 M€/ano	100%	17%

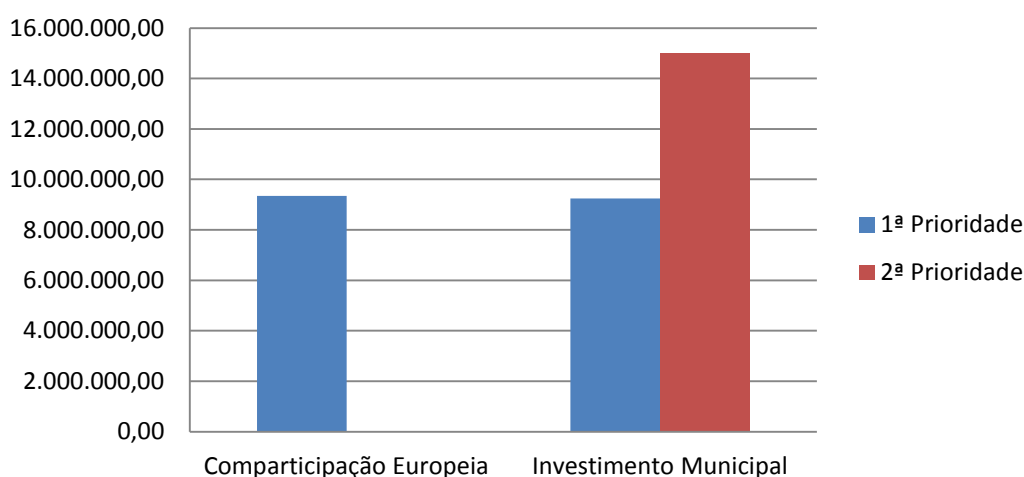
#### Nos quatro anos seguintes

Cenários	Investimento Anual Médio Estimado a 4 anos	Bases de Receita	
		Financiamento Específico e Taxas Urbanísticas	Impostos Diretos
		2,1 M€/ano	6 M€/ano
A: dotação de investimento inscrita no PPI, com uma taxa média de 75%	2,810 M€/ano	100%	12%
B: dotação de investimento inscrita no PPI, com uma taxa de execução integral	3,747 M€/ano	100%	27%

O montante global considerado na 1ª prioridade (o investimento a ser realizado nos primeiros 3 anos) totaliza 18 593 099,00 €, o que perfaz um montante médio anual para os 3 primeiros anos de 6,198 M€. Considerando uma taxa média de 75% do PPI (projeção de execução face aos valores históricos), o investimento anual médio para os primeiros três anos será de 4,648 M€. O Financiamento Específico e as Taxas Urbanísticas serão totalmente afetadas ao investimento, não sendo necessário utilizar qualquer receita dos Impostos Diretos no cenário da execução do PPI em 75%. Para o cenário de execução a 100% do PPI, já serão necessários 17% das receitas dos Impostos Diretos.

Relativamente aos investimentos inscritos na 2ª prioridade, isto é, os investimentos a serem realizados nos quatro anos seguintes, perfazem um montante de 14 987 144,00 €. No primeiro cenário de execução de 75% do PPI, o investimento anual médio será de 2,810 M€ e utilizará o montante global do Financiamento Específico e Taxas Urbanísticas bem como 12% da receita dos Impostos Diretos. No segundo cenário (Execução do PPI a 100%), o investimento anual médio será de 3,747 M€, com uma utilização do total do Financiamento Específico e Taxas Urbanísticas e 27% dos Impostos Diretos.

Note-se que apenas foram considerados os financiamentos do Portugal 2020 relativos ao PEDU, mas é evidente que haverá outros fundos passíveis de serem utilizados, o que permitirá anular o financiamento através dos Impostos Diretos ou, pelo menos, reduzi-lo consideravelmente. Isto poderá possibilitar que intervenções previstas em fases posteriores (2.ª ou 3.ª prioridades) possam ser executadas total ou parcialmente na fase anterior.



## **7. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO**

No processo de planeamento a avaliação/monitorização surge como uma peça fundamental numa perspetiva de melhoria contínua do estado do ordenamento do território.

Segundo o estabelecido no n.º 1 do artigo 187.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio - RJGT - *“ as entidades da administração devem promover permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos programas e planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos.”* Assim como, segundo o n.º 2 do mesmo artigo, *“nos programas sujeitos a avaliação ambiental, deve ser garantida a avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental”.*

Este processo de avaliação e monitorização contínua permite assim a adaptação do plano à realidade em constante mudança, podendo fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução.

Além disso, de quatro em quatro anos, a câmara municipal deverá elaborar um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter à apreciação da assembleia municipal e a um período de discussão pública não inferior a 30 dias. Este relatório traduz o balanço da execução do plano bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

Assim, a definição de indicadores permitirá auxiliar os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, tendo em vista a avaliação do Plano Diretor Municipal de Espinho



## **8. METODOLOGIA NA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES**

No seguimento do referido no ponto anterior, o Plano Diretor Municipal inclui indicadores qualitativos e quantitativos fundamentais na avaliação da adequação do respetivo plano.

A metodologia na definição dos indicadores foi pensada e estruturada para os três sistemas de estruturação territorial definidos no plano: **Sistema Urbano, Sistema Biofísico e Ambiental** e o **Sistema Relacional**. Contudo importa referir que os indicadores foram definidos tendo por base os objetivos da RPDM assim como os objetivos definidos para cada unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG).

Assim, para cada sistema foram definidos temas no seguimento dos objetivos delineados e para cada tema os indicadores.

### **Sistema Urbano**

- Dinâmicas demográficas
- Estrutura económica
- Dinâmicas urbanas
- Uso e Ocupação do solo
- Património
- Equipamentos
- Segurança de pessoas e bens

### **Sistema Biofísico e Ambiental**

- Espaços verdes
- Floresta e Biodiversidade
- Recursos Hídricos
- Linha de Costa
- Infraestruturas básicas
- Resíduos sólidos urbanos
- Energia

### **Sistema Relacional**

- Rede viária
- Mobilidade suave
- Estacionamento
- Transportes coletivos

**9. INDICADORES**

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas/Objetivos	Periodicidade	Fontes de Informação
<b>URBANO</b>	Dinâmicas demográficas	População concelhia e população residente na cidade de Espinho	nº	Manter/Aumentar	Anual	INE/CME
		Famílias residentes	nº	Manter/Aumentar	Anual	INE/CME
		Densidade populacional	nº/ha	Manter/Aumentar	Anual	INE/CME
		Índice de envelhecimento	%	Manter/Diminuir	Anual	INE/CME
	Estrutura económica	População residente ativa	%	Aumentar	Anual	INE/CME
		População residente por nível de escolaridade mais elevado completo	nº	Evolução	Anual	INE/CME
		Taxa de desemprego	%	Diminuir	Anual	INE/CME
		Desempregados inscritos no IEFP	nº	Diminuir	Anual	IEFP/CME
		População empregada por setor de atividade	nº	Evolução	Triannual	INE/CME
		Empresas com sede no Município	nº	Aumentar	Triannual	INE/CME
		Identificação e registo dos setores das atividades económicas	n.d	Evolução	Anual	INE/CME
		Balanço do nº, sector e tipo de postos de trabalho	n.d	Evolução	Anual	DRE/CME
		Pessoal ao serviço por empresa	nº	Evolução	Triannual	INE/CME
		Capacidade de alojamento dos estabelecimentos turísticos (nº de camas)	nº	Evolução	Anual	INE/CME/Turismo de Portugal
	Estada média em estabelecimentos turísticos (dias)	nº	Aumentar	Anual	INE/CME/ Turismo de Portugal	
	Dinâmicas urbanas	Nº de edifícios clássicos	nº	Evolução	Anual	INE/CME
		Nº de fogos por edifício	nº	Evolução	Anual	INE/CME
Nº de fogos vagos		nº	Diminuir	Anual	INE/CME	
Acessibilidade aos edifícios		%	Aumentar	Anual	INE/CME	

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas/Objetivos	Periodicidade	Fontes de Informação
URBANO	Dinâmicas urbanas	Estacionamentos ou garagens por alojamentos	nº	Evolução	Anual	INE/CME
		Edifícios por época de construção	nº	Evolução	Anual	INE/CME
		Estado de conservação e reabilitação da habitação	qualitativa	Evolução	Anual	INE/CME
		Nº de edifícios em risco	nº	Diminuir	Anual	CME
		Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por tipo de ocupação / proprietário	nº	Evolução	Anual	INE/CME
		Edifícios licenciados segundo o tipo de obra : construções novas, alterações, ampliações e reconstrução	nº	Evolução	Anual	CME
		Operações urbanísticas no solo rústico	nº	Evolução/Diminuir	Anual	CME
		Reabilitação do edificado de habitação social	nº	Aumentar	Triannual	CME
		Fundos comunitários destinados ao parque de habitação social	€	Aumentar	Triannual	CME
		Reabilitação de fogos de habitação social	nº	Aumentar	Triannual	CME
		Reabilitação de equipamentos de perfil social	nº	Aumentar	Triannual	CME
		Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	nº	Criação/Aumentar	Triannual	CME
		Construções ilegais	nº	Diminuir	Anual	CME
		% construções de génese ilegal nas construções totais	%	Diminuir e Anular	Anual	CME
	Uso e Ocupação do Solo	% de solos vagos nos Espaços Centrais Nível I – Cidade de Espinho	%	Diminuir	Anual	CME
		% de solos vagos nos Espaços Habitacionais	%	Diminuir	Anual	CME
		Área afeta a novas construções	m2	Aumentar	Anual	CME
		% das áreas construídas nas Áreas Centrais Complementares	%	Aumentar	Anual	CME
		Área afeta a novas construções em Espaços Urbanos de Baixa Densidade	m2	Evolução	Anual	CME

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas/Objetivos	Periodicidade	Fontes de Informação
URBANO	Uso e Ocupação do Solo	Taxa de ocupação efetiva dos espaços de atividades económicas	%	Aumentar	Anual	CME
		Taxa de ocupação em áreas florestais e agrícolas	%	Evolução/Diminuir	Anual	CME
		Área de espaço público (re)qualificado	m2	Aumentar	Anual	CME
		Área de intervenções efetuadas no espaço público	m2	Aumentar	Anual	CME
		% do peso bruto do solo urbano no concelho	%	Evolução	Anual	CME
		Construções em RAN e REN	nº	Diminuir	Anual	CME
		Áreas de RAN e REN com autorização para utilização para outros fins	m2	Manter/Diminuir	Anual	CME
		Evolução da área total afeta à RAN de facto agricultada	m2	Evolução	Bianual	DRAPN/CME
		Nº de construções em leito de cheia	nº	Diminuir	Anual	CME
	Património	Imóveis do património cultural inventariado e classificado	nº	Evolução	Anual	CME
		Imóveis inventariados objeto de reabilitação e conservação	nº	Aumentar	Anual	CME
		Ações de divulgação do património imaterial	nº	Manter/Aumentar	Anual	CME
	Equipamentos	Reabilitação de equipamentos de perfil social	nº	Aumentar	Triannual	CME
		Centros de inovação, empreendedorismo e <i>coworking</i>	nº	Criação/Aumentar	Triannual	CME
		Equipamentos de serviço de apoio social a crianças e idosos	nº	Aumentar	Triannual	CME
		Taxa de ocupação dos equipamentos sociais	%	Evolução	Anual	CME
		Área de equipamento desportivo por habitante	m2	Evolução	Triannual	CME
	Segurança de pessoas e bens	Nº de ocorrências de incêndios urbanos	nº	Evolução/Diminuir	Anual	PC
		Área inundável em perímetro urbano	m2	Evolução/Diminuir	Anual	CME
		Nº de ocorrências de acidentes industriais	nº	Diminuir	Anual	IP/PSP/CME

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas	Periodicidade	Fontes de Informação
<b>SISTEMA BIOFÍSICO E AMBIENTAL</b>	Espaços Verdes	Espaços verdes existentes	nº	Evolução/Aumentar	Anual	CME
		Espaços verdes intervencionados	ha	Aumentar	Anual	CME
		Números de árvores em espaço público	nº	Evolução	Triannual	CME
		Número de árvores em espaço público por mil habitantes	nº	Evolução	Triannual	CME
		Números de parques infantis	nº	Evolução	Anual	CME
	Floresta e Biodiversidade	Área florestal	ha	Evolução/Manter	Anual	CME
		Nº de incêndios florestais e área ardida	nº	Diminuir	Anual	PC
		% de área ocupada por espécies vegetais invasoras em Rede Natura 2000	ha	Diminuir	Bianual	CME/ICNF
		Área do sistema dunar sujeita a ação de recuperação inserida em Rede Natura 2000	ha	Evolução	Anual	CME/ICNF/APA
	Recursos Hídricos	Qualidade das águas costeiras e interiores	n.d.	Aumentar	Anual	CME/APA
		Comprimento anual de linhas de água sujeitas a programas de qualificação e/ou renaturalização	ml	Aumentar	Anual	CME
	Linha de Costa	Evolução da linha de costa e das áreas de praias	n.d.	Evolução	Triannual	DGT/CME
		Avaliação do estado de conservação das obras de defesa costeira	n.d.	Evolução	Anual	APA/CME
		Habitantes em áreas vulneráveis a inundações/galgamento	nº	Evolução/Diminuir	Anual	CME
		Medidas implementadas na defesa contra risco de inundações /galgamentos	nº	Evolução	Anual	CME

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas	Periodicidade	Fontes de Informação
<b>SISTEMA BIOFÍSICO E AMBIENTAL</b>	Infraestruturas básicas	Índice de perdas no sistema concelhio de distribuição de água	m3	Diminuir	Anual	CME
		Roturas e reparações nos sistemas de drenagem de águas pluviais e de águas residuais	nº	Diminuir	Anual	CME
		Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água	%	Evolução/Aumentar	Bianual	CME
		Taxa de cobertura da rede de saneamento básico	%	Evolução/Aumentar	Bianual	CME
	Resíduos Sólidos Urbanos	Número de ecopontos existentes no Município	nº	Evolução	Anual	CME
		Número de habitantes por ecoponto	nº	Evolução	Anual	CME
		RSU produzidos (capitação) (Kg/hab.ano)	Kg/hab.ano	Evolução/Diminuir	Anual	CME
		Indicador de evolução das frações dos RSU sujeitas a reciclagem	n.d.	Evolução	Anual	CME
	Energia	Consumo doméstico de energia elétrica	Kwh	Evolução/Diminuir	Bianual	CME/INE/DGEG
		Consumo de energia elétrica na iluminação pública	KWh	Evolução/Diminuir	Bianual	CME/INE/DGEG
		Cobertura da rede elétrica pública em LED	%	Evolução/Aumentar	Bianual	CME/INE/DGEG
		Nº de projetos de eficiência energética	nº	Aumentar	Bianual	CME

SISTEMA	TEMA	INDICADORES	Uni.Med.	Metas	Periodicidade	Fontes de Informação
<b>SISTEMA RELACIONAL</b>	Rede viária	Intervenções na rede rodoviária	km	Aumentar	Triannual	CME
		Grau de execução das vias previstas no Plano	%	Aumentar	Triannual	CME
	Mobilidade suave	Extensão de ruas pedonalizadas	ml	Evolução/Aumentar	Triannual	CME
		Área de passeios novos	m2	Evolução/Aumentar	Triannual	CME
		Área de passeios requalificados	m2	Evolução/Aumentar	Triannual	CME
		Execução de rede ciclável	ml	Evolução/Aumentar	Anual	CME
	Estacionamento	Taxa de ocupação dos lugares de estacionamento concessionados	%	Evolução/Diminuir	Anual	CME
	Transportes coletivos	Taxa de utilização do transporte ferroviário	%	Evolução/Aumentar	Anual	CME/REFER
		Taxa de cobertura da rede de transportes coletivos	%	Evolução	Triannual	CME/IMT
		Nº de ocorrências de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Diminuir	Anual	IP/PSP/CME
		Nº de medidas/ações implementadas para prevenção de acidentes ferroviários e/ou rodoviários	nº	Aumentar	Anual	IP/PSP/CME